

A FORMAÇÃO DOCENTE E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ENCONTROS E DESENCONTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TEACHER TRAINING AND THE ARTICULATED ACTION PLAN: ENCOUNTERS AND DISAGREEMENTS OF THE NATIONAL TEACHER TRAINING POLICY FOR INCLUSIVE EDUCATION

Lázara Cristina da SILVA¹
Vilma Aparecida de SOUZA²
Maria Vieira da SILVA³

RESUMO: O estudo, financiado pela Fapemig e pelo Cnpq, buscou compreender entender a forma como as demandas por formação continuada de professores originárias do Plano de Ações Articuladas (PAR) foram atendidas pelos cursos da Rede de Formação de Professores em Educação Especial no período entre 2008 a 2013, e as contribuições dos cursos para as políticas de gestão educacional nos municípios do Triângulo Mineiro de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas e Indianópolis. Foi realizada análise documental no PAR dos municípios. Nos documentos analisados a preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação para o trabalho relacionado à escolarização do público da educação especial, aparece de forma incipiente nas demandas. Foram identificados 481 inscritos nos cursos ofertados pela Dpee/Secadi/MEC de 2008 a 2013, destes 158 foram aprovados, um percentual de 33,6% de aprovação, índice muito baixo. Indianópolis solicitou no período 03 (três) salas de recursos multifuncionais; Ituiutaba 17 (dezesete) e Monte Alegre de Minas 02 (duas). Uberlândia não solicitou nenhuma. Depreendeu-se que a Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da Dpee/SECADI, assumiu um papel pouco expressivo na formação de professores dos quatro municípios da Região do Triângulo Mineiro investigados no período demarcado para o estudo.

PALAVRAS-CHAVES: Plano de Ações Articuladas. Formação de Professores da Educação Especial. Políticas de Formação Continuada de Professores.

ABSTRACT: The study, funded by Fapemig and the Cnpq, investigated understand how the demands for continuing education of teachers originating from the Articulated Action Plan were met by Network courses Teacher Training in Special Education in the period 2008-2013 and the contributions of courses for management policies education in the districts of Triângulo Mineiro Uberlândia, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas Gerais and Indianópolis. Documental analysis was performed on PAR municipalities. In the documents analyzed concern about the continuing education of professionals of education for work related to the education of the public of special education, appears incipient the demands. Identified 481 enrolled in courses offered by Dpee/Secadi/MEC from 2008 to 2013, 158 of these were approved, a percentage of 33.6% approval, very low rate. Indianapolis requested in period three (03) multi-functional resources; Ituiutaba seventeen (17) and Monte Alegre de Minas two (02). Uberlândia has not requested any. It is surmised that the Continuing Education Network Teachers in Special Education Dpee/SECADI, took an insignificant role in teacher training of the four Mineiro Triangle Region municipalities investigated in demarcated period for the study.

KEYWORDS: Articulated Action Plan. Teacher Training of Special Education. Policies of Continuing Education for Teachers.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do relatório final das atividades previstas para serem desenvolvidas no projeto de pesquisa Plano de ações articuladas (PAR) e a formação docente: desafios e

¹ Professora Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG. E-mail: lazara@ufu.br

² Professora Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia- Campus do Pontal. E-mail: vilmasouzza@yahoo.com.br

³ Professora Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG. E-mail: mvieiriaufu@gmail.com

implicações em redes e instituições de ensino na região do Triângulo Mineiro para a construção de uma educação inclusiva, financiado pela Fapemig e pelo Cnpq. Compõe o universo de uma pesquisa coletiva que se pretendeu desenvolver pelo grupo de professores pesquisadores da Linha Estado, Política e Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, que tem como objetivo analisar o PAR (Plano de Ações Articuladas) do governo federal, como mecanismo indutor de mudanças na gestão educacional nos sistemas/redes de ensino e nas unidades escolares em Minas Gerais. Este estudo aliou-se a uma pesquisa de âmbito nacional: Avaliação do Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais no período de 2007 a 2011⁴.

Dentro desta pesquisa macro, para a compreensão deste objeto de estudo apresentar-se-á o Plano de Ações Articuladas (PAR) e a Rede de Formação continuada de Professores em Educação Especial da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, por meio da Diretoria de Políticas Pedagógicas de Educação Especial do MEC.

Aliado ao contexto das políticas educacionais nacionais relacionadas ao PAR, no segundo mandato do Governo Lula, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - SEESP/MEC⁵, diante do um conjunto de temáticas que se constituíam em desafios para a formação dos profissionais da educação, resolveu criar uma rede de formação continuada de professores, que conseguisse abranger as universidades públicas e o universo da educação básica. A preocupação central era criar e favorecer as condições básicas para a consolidação e ampliação de práticas pedagógicas capazes de tornar reais as condições de escolarização das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no universo de uma educação inclusiva.

Neste momento a SEESP/MEC colocou em relevo as necessidades da formação continuada voltada para a educação inclusiva, que ainda são lacunares, carecendo, no caso brasileiro, de maiores pesquisas nesta direção. A educação especial⁶ que, através do movimento de inclusão educacional desencadeado no país desde o início da década de 1990, vem modificado a realidade das escolas brasileiras demarcando que toda escola brasileira é naturalmente inclusiva.

⁴ O projeto Avaliação do Plano de Ações Articuladas (PAR): um estudo em municípios dos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Minas Gerais no período de 2007 a 2011, objetiva analisar a implantação do PAR enquanto uma política pública no contexto das atuais políticas educacionais. A pesquisa contempla aspectos qualitativos e quantitativos e utilizará a base de dados do MEC, INEP e FNDE, especificamente, do Censo Escolar identificando informações de infraestrutura das escolas e recursos pedagógicos, valorização dos profissionais da educação, e as condições pedagógicas das escolas, de modo a avaliar o impacto da implementação do PAR na melhoria dessas escolas, no período do estudo até 2011, em face dos recursos recebidos. Espera-se com esse estudo analisar as mudanças ocorridas nos municípios dos estados envolvidos na pesquisa considerando as dimensões previstas no PAR. Contribuir com a formação de redes de pesquisadores e na elaboração de um banco de dados que subsidie os estudos dos alunos de pós-graduação e de professores da educação básica. Espera-se também contribuir com as secretárias municipais e escolas participantes da pesquisando oferecendo subsídios para a melhoria dos índices educacionais.

⁵ Atualmente a SEESP se tornou a Diretoria de Políticas de Educação Especial, ligada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Dpee/Secadi/MEC.

⁶ Torna-se importante diferenciar os dois conceitos, considerado por alguns como sinônimos. Entende-se por inclusão educacional, o movimento de garantia do direito de todos os cidadãos brasileiros à escolarização. Educação Especial é uma modalidade de ensino, de natureza complementar e suplementar, que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo as condições necessárias à escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Mediante esta realidade os processos de formação docente, seja inicial e/ou continuada, precisam assumir a responsabilidade de formar profissionais com condições teóricas e práticas condizentes com as demandas de escolarização de todos. Contemplando às especificidades das diferentes formas de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Para atender a esta configuração de escolarização que foi sendo construída pelas políticas educacionais no país, pós década de 1990, desenvolveram-se ações direcionadas a organização e estruturação de um aparato legal que fundamentasse a construção deste modelo educacional, aliadas a criação e ampliação das condições de financiamento para a gestão da educação pública.

A oferta de cursos de formação continuada que iriam compor a Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial a partir de 2009 passou a atender as demandas dos municípios das diferentes regiões do país, tendo o PAR como um dos indicadores das necessidades dos municípios que, naquele período, já havia aderido ao mesmo. A Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial tem prestado um grande serviço na área, considerando que, ao final do ano de 2010, havia a previsão de que a rede teria formado mais de vinte e dois mil professores.

Diante do panorama exposto, questionamos: quais as concepções de educação inclusiva e de educação especial presente nas políticas e práticas educacionais dos municípios lócus do estudo na região do Triângulo Mineiro, estavam contidas nos projetos financiados por recursos financeiros decorrentes do PAR? De que maneira as demandas por formação continuada de professores originárias do PAR, nestes municípios, foram atendidas pelos cursos da Rede de Formação de Professores em Educação Especial no período entre 2008 a 2013? Quais os impactos dos cursos para as políticas de gestão educacional nestes municípios estudados?

Este foi o desafio que assumimos com este estudo. Demarcamos que sua relevância se encontra justamente no fato de procurar compreender os sentidos que a formação continuada de professores para a escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação relacionadas com as ações do PAR nos municípios em estudo, tem assumido na atualidade. Pretende-se contribuir com as reflexões sobre os papéis desempenhados pela Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da SECADI, através do mapeamento de resultados e concepções existentes no interior das ações desenvolvidas na referida rede, articuladas com as ações do PAR nos municípios lócus do estudo na Região do Triângulo Mineiro. Outro fator de alta relevância está na articulação e produção de reflexões coletivas dos resultados e dificuldades vivenciadas pelas instituições públicas envolvidas no processo, no sentido de respaldar a tomada de decisões das mesmas para os anos seguintes.

Assim, como objetivo geral da pesquisa, se propôs refletir sobre as políticas e os procedimentos de formação continuada de professores para atuar nos processos de escolarização de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no contexto de ascensão e consolidação da educação inclusiva na realidade da região do Triângulo Mineiro, regularizadas pelo Plano de Ações Articuladas (PAR) do Governo Federal, no período de 2008-2013.

Ao final do estudo, pretendeu-se nos municípios *locus* do estudo, no período de 2008-2013: Compreender os sentidos atribuídos às ações desencadeadas pela Rede de Formação Continuada de professores em Educação Especial da SECADI articuladas com o PAR, acerca dos processos de escolarização do público da educação especial. Identificar e analisar: as ações relacionadas no PAR e contempladas pela rede de formação continuada de professores em educação especial da SECADI/MEC; nas demandas e descrições apontadas no PAR, as compreensões acerca dos conceitos de educação inclusiva e de educação especial; o percentual de atendimento das questões da educação inclusiva em suas políticas de educação básica; as políticas e ações desencadeadas para atender ao movimento de estruturação, organização e desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado presentes no PAR.

Este artigo apresenta apenas os dados do estudo relacionados ao envolvimento dos municípios estudados com os cursos de formação de professores em Educação Especial da Rede Nacional de Formação de Professores em Educação Especial da Deep/SECADI/MEC de 2008 a 2013, e as demandas expressas no PAR dos Municípios relacionadas a esta área em específico.

CAMINHOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DO ESTUDO

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória. O seu objeto são os cursos da Rede de Formação continuada de Professores em Educação Especial perante a oferta de cursos formação continuada, de inclusão educacional e o Programa de Ações Articuladas (PAR) durante os anos de 2008 a 2013. Realizaremos um estudo exploratório por um período de dois anos, tendo como foco de análise os municípios selecionados na região do Triângulo Mineiro: Uberlândia, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas e Indianópolis.

O trabalho de campo não aconteceu neste primeiro ano, ficando para 2013 e 2014, devido: a) a necessidade de aprofundamento teórico da equipe de trabalho para estudo e compreensão do universo da pesquisa; b) as dificuldades originárias do fato de 2012 ser um ano eleitoral, o que deixou a inserção nos municípios muito complicada; c) a necessidade de aguardar o resultado do Conselho de Ética para a coleta de dados nos municípios. Logo, no ano de 2012, restringiu-se a realização de pesquisas bibliográficas e documentais, bem como conhecimento da realidade dos municípios *locus* do estudo no Portal eletrônico do Ministério da Educação, no ícone PAR, no qual são apresentados relatórios públicos do Plano de todos os municípios do país.

Para a seleção dos municípios, tomou-se como referência a evolução do respectivo IDEB no ensino fundamental (anos iniciais e finais do ensino fundamental). Além disso, estes 04 municípios atendem ao critério populacional e político definido, qual seja: 01 município com população acima de 50 mil habitantes com continuidade do governo municipal após o período eleitoral, 01 município com população abaixo de 50 mil habitantes com mudança na condução do governo municipal; 01 município com população acima de 100 mil habitantes com continuidade do governo municipal após o período eleitoral e um município com população acima de 100 mil habitantes com mudança na condução do governo municipal. Esse recorte possibilitará a articulação deste estudo com outras pesquisas realizadas no âmbito do projeto *“Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o*

desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)”, sob a coordenação da professora Marília Fonseca e com o apoio do CNPq.

O PAR NOS MUNICÍPIOS: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A) UBERLÂNDIA⁷

A cidade possui um total de 338 estabelecimentos de ensino registrados e ativos na Superintendência Regional de Ensino (SRE). Destes, 69 são estaduais, 03 são federais, 115 são municipais, e 152 são escolas particulares. Estes locais podem ser de Educação Infantil, ou de Ensino Fundamental e Médio Regular, ou de Educação Profissional - Nível Técnico, ou de Educação de Jovens e Adultos, ou ainda Educação Especial (Exclusiva).

Uberlândia, conforme dados do senso escolar, possui uma rede de ensino bem grande envolvendo a zona rural e urbana, com ações da rede estadual e municipal, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Em 2013 possuía 106.933 (cento e seis mil, novecentos e trinta e três) estudantes matriculados. (Vide anexo 1).

No tocante a evolução da matrícula de estudantes público da educação especial, a realidade de Uberlândia identificou em 2010 um total de 1.125 (um mil, cento e vinte e cinco) estudantes matriculados na rede pública municipal, destes 1047 (um mil e quarenta e sete) na zona urbana e 78 (setenta e oito) na rural. Em 2011 houve um aumento no quantitativo de estudantes passando para 1318 (um mil, trezentos e dezoito). A expansão continuou em 2012 em que a rede passou a ter 1.353 (um mil, trezentos e cinquenta e três) e, em 2013, 2.195 (dois mil, cento e noventa e cinco) estudantes da educação especial. Este quantitativo representa 2,05% do total de estudantes matriculados na rede pública.

Consultando o relatório público do PAR⁸ na sua análise, foi possível encontrar duas ações relacionadas com a formação de professores para atuar na Educação Especial: Oferecer curso de formação continuada, a distância, para os professores que trabalham na educação especial e elaborar um plano de formação continuada para os professores que trabalham em educação especial, em escolas do campo, em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas contendo nome e especificações por formação. Com as seguintes sub ações constatou-se: Curso de aperfeiçoamento, à distância, para professores que atuam no atendimento educacional especializado (educação especial) – SEESP/Programa de Formação Continuada; Mapeamento por formação continuada dos profissionais em educação especial, em escola do campo, comunidades quilombolas e em escolas indígenas, sendo que a primeira se esperava assessoria Técnica do MEC e a segunda sendo de responsabilidade do Município.

⁷ Uberlândia é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, localizado no Triângulo Mineiro. De acordo com estimativas de 2013, a população é de 646.673 habitantes, sendo o município mais populoso da região do Triângulo Mineiro e o segundo com mais habitantes em Minas Gerais, depois da capital Belo Horizonte. Uberlândia representa um dos principais centros industriais do Triângulo Mineiro, reunindo grande número de empresas e um expressivo percentual de arrecadação de impostos da região. Segundo os dados do IBGE 2010, a população referente a faixa etária de 0 a 04 anos é de cerca de 39.206; crianças de 05 a 09 anos são cerca de 40.897; de 10 a 14 anos são cerca de 45.486; e de 15 a 19 anos são cerca de 50.872. Lembrando que estes estão na idade escolar respectivamente devendo estar, na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Disponível em <http://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Dados sobre os estabelecimentos de ensino. Disponível em <http://sreuberlandia.educacao.mg.gov.br> Dados gerais sobre a cidade. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Dados sobre o PAR. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>

⁸ O termo de cooperação técnica entre o município de Uberlândia e o Ministério da Educação, foi firmado em 09 de Outubro de 2009.

No referido documento não se localizou a demanda por Instalações de salas de Recursos Multifuncionais, como apareceu em outros municípios estudados.

Ainda, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Educação de Uberlândia, não há nenhum *link* que divulgue os cursos de formação continuada de professores da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da DPEE/SECADI/MEC.

No levantamento realizado nas planilhas dos Cursos ofertados pela referida rede, foi possível identificar a presença de professores inscritos nos seguintes cursos:

- 1. Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado**, na modalidade de especialização *lato sensu*, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá durante o ano de 2010 e 2011. Foram matriculados no curso 16 (dezesesseis) profissionais da rede pública de Uberlândia/MG. Destes, 02 (dois) evadiram e 14 (quatorze) realizaram o curso. Não foi possível identificar se estes pertencem à rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola.
- 2. Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos**, 1ª Edição, na modalidade extensão, com carga horária de 180 horas, totalmente a distância, ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia em 2010. Foram matriculados 04 (quatro) profissionais, sendo que 02 (dois) evadiram e os demais foram reprovados. Não houve aproveitamento de nenhum inscrito no curso. Na segunda edição do referido curso, foram matriculados 104 (cento e quatro) profissionais, destes 37 (trinta e sete) foram aprovados e 09 (nove) reprovados, 23 (vinte e três) evadiram e 34 (trinta e quatro) nunca acessaram a plataforma do curso. Na terceira edição foram matriculados 64 (sessenta e quatro) profissionais, destes 12 (doze) foram aprovados e 12 (doze) reprovados, 07 evadiram e 31 (trinta e um) nunca acessaram o curso. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola;
- 3. Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**, 1ª edição, na modalidade extensão, com carga horária de 180 horas, totalmente a distância, ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia em 2009/2010. Foram matriculados 249 (duzentos e quarenta e nove) profissionais, sendo que 75 (setenta e cinco) foram aprovados, 051 (cinquenta e um) evadiram, 103 (cento e três) nunca acessaram a plataforma e 20 (vinte) foram reprovados. Verifica-se que não houve pouco aproveitamento do quantitativo de inscritos no curso. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola. Na segunda, terceira e quarta edições do curso não houve inscritos de Uberlândia;
- 4. Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**, 1ª edição, na modalidade extensão, com carga horária de 180 horas, totalmente a distância, ofertado pela Universidade Estadual de Goiás. Não houve inscritos de Uberlândia em nenhuma das quatro edições realizadas;

5. **Curso de Aperfeiçoamento em Práticas Educacionais Inclusivas na Área da Deficiência Intelectual/Unesp de Bauru/SP**, 1ª edição, na modalidade extensão, com carga horária de 180 horas, totalmente a distância, ofertado pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru, no qual houve 02 (dois) inscritos e aprovados. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola. Na segunda, terceira e quarta edições do curso não houve inscritos de Uberlândia;
6. **Curso de Aperfeiçoamento Libras à Distância: Uma Proposta de Formação Continuada de Professores no Contexto Educacional Inclusivo** - 1ª edição/ Unesp Marília. 1ª edição, na modalidade extensão, com carga horária de 180 horas, totalmente a distância, ofertado pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Houve um inscrito e aprovado no mesmo. Nas demais edições não houve inscritos de Uberlândia. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola.

De maneira geral foram 442 (quatrocentos e quarenta e dois) professores de Uberlândia que se inscreveram nos Cursos de formação de professores da rede nacional de formação em Educação Especial, representando um percentual de aproximadamente 8,98% do quantitativo de profissionais da rede pública dos 4.449(quatro mil quatrocentos e quarenta e nove) profissionais existentes, com um aproveitamento de 3,2%, considerando que apenas 143 foram certificados.

B) ITUIUTABA

Cidade do Pontal do Triângulo Mineiro, Ituiutaba completou 113 anos de emancipação político-administrativa em 16 de setembro de 2014. Em 2013 possuía 102.020 habitantes. A cidade conta com 31(trinta e uma) escolas públicas de ensino fundamental e 07 (sete) de ensino médio.

Em 2010 a rede municipal de ensino de Ituiutaba contava com 6.891(seis mil oitocentos e noventa e um) estudantes matriculados; em 2011 contava com 6.991(seis mil novecentos e noventa e um), em 2012 com 6.908 (seis mil novecentos e oito) e em 2013 contava com 6.672 (seis mil, seiscentos e setenta e dois) estudantes matriculados.

Na educação especial, em 2010 a rede municipal de ensino de Ituiutaba contava com 434 (quatrocentos e trinta e quatro) estudantes matriculados, em 2011 a rede municipal de ensino de Ituiutaba contava com 397 (trezentos e noventa e sete), em 2012 a rede municipal de ensino de Ituiutaba contava com 360 (trezentos e sessenta) e em 2013 a rede municipal de ensino de Ituiutaba contava com 413 (quatrocentos e treze). É possível observar que também no tocante ao público da Educação especial a rede estadual de educação se encontra ausente. Os dados mantêm os indicativos nacionais que apontam uma ampliação do número de estudantes matriculados nas escolas públicas. Evidencia-se também o fator flutuante no número de matrículas de um ano para o outro, indicando a prática de abandono e/ou de transferências frequentes entre os estudantes nas referidas redes de ensino. Nota-se ampliação da oferta de ensino integral.

Existe, como nos demais municípios, maior concentração do público da educação especial no ensino fundamental, principalmente nos anos iniciais. Este dado sinaliza para a necessidade de maior concentração da formação de professores no referido nível de ensino, visando garantir as condições de evolução no processo de escolarização deste grupo de estudantes.

No PAR do Município de Ituiutaba se evidenciou a necessidade de qualificação dos professores que atuam em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas oferecidos pela própria secretaria municipal de educação. Também, se constatou a necessidade de se implantar salas de recursos multifuncionais para educação especial nas escolas da rede.

Na dimensão 2 - formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar. Área 3 – formação de professores da educação básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas. No Indicador 1 “Qualificação dos Professores que atuam em Educação Especial, Escolas do Campo, Comunidades Quilombolas ou Indígenas, foi atribuída a pontuação 1. Traçou-se como demanda potencial “Implementar cursos de formação específica para professores que atuam na Educação Especial”, com a justificativa que “os professores que atuam na Educação Especial não participaram de cursos de formação específicas”, sendo gerada a ação de “promover programas de formação e habilitação específica para professores que atuam em educação especial, em escolas do campo, em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas, e que contemplem também as temáticas: educação ambiental, educação para os direitos humanos, educação integral e integrada. Gerou-se 04 (quatro) sub ações: a) buscar subsídios para discussão e elaboração de um planejamento da formação continuada para os professores da rede que atuam em educação especial, escolas do campo em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas, considerando os diversos níveis e modalidades de ensino; b) oportunizar a discussão dos conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação dos professores e sua transposição para o espaço escolar; c) oferecer curso de formação continuada, a distância, para os professores que trabalham na educação especial; d) elaborar um plano de formação continuada dos professores que trabalham em educação especial, em escolas do campo, em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas contendo nome do profissional e demanda específica por formação.

Como estratégias foram definidas: a) estudo de material informativo/instrucional de programas da SEESP E SECADI; b) reunião pedagógica com a equipe escolar (coordenadores, professores e outros) e observação dos planos das escolas; c) curso de aperfeiçoamento, a distância, para professores que atuam no atendimento educacional especializado (educação especial) – SEESP/Programa de Formação Continuada; d) mapeamento por formação continuada dos profissionais em educação especial, em escola do campo, comunidades quilombolas e em indígenas. As competências ficaram a cargo da Assistência técnica do MEC e do município.

A análise dos documentos coletados evidencia que a rede municipal de educação se propõem a utilizar os cursos da rede nacional de formação continuada de professores em educação especial para qualificar seus profissionais que atuam na educação especial, no entanto, a participação dos profissionais é ínfima, talvez por não terem conhecimento de sua existência e/ou

por não acreditarem na proposta de formação à distância. Não há preocupação com os professores da rede como um todo que são os responsáveis pela escolarização deste público na escola.

No levantamento realizado nas planilhas dos Cursos ofertados pela referida rede, foi possível identificar a presença de professores inscritos nos seguintes cursos:

- 1. Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado para Alunos Surdos**, 1ª Edição, não houve participantes de Ituiutaba. Na segunda edição do referido curso, foi matriculado e aprovado 01 (um) profissional. Na terceira edição foram matriculados 02 (dois) profissionais e, destes, apenas 01 (um) foi aprovado e 01 (um) evadiu do curso. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola;
- 2. Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**, 1ª edição, foram matriculados 25 (vinte e cinco) profissionais, sendo que 13 (treze) foram aprovados, 01 (um) evadiu, 09 (nove) nunca acessaram e 02 (dois) foram reprovados. Houve quase 50% de aproveitamento do quantitativo de inscritos no curso. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola. Na segunda, terceira e quarta edições do curso não houve inscritos deste município;
- 3. Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**, 1ª edição, ofertado pela Universidade Estadual de Goiás. 01 (um) professor se inscreveu e foi certificado na primeira edição. Nas demais quatro edições realizadas não houve inscritos.

De maneira geral foram 29 (vinte e nove) professores que se inscreveram nos Cursos de formação de professores da rede nacional de formação em Educação Especial, representando um percentual de aproximadamente 0,42% do quantitativo de profissionais da rede pública dos 6.908 (seis mil, novecentos e oito) profissionais existentes, com um aproveitamento de 51,2%, considerando que apenas 15 (quinze) foram certificados.

c) INDIANÓPOLIS

Segundo dados do Portal Eletrônico da cidade, Indianópolis teve origem nos anos de 1750. Sua população estimada em 2011 era de 8.181 (oito mil cento e oitenta e um) habitantes. O Município conta com uma rede educacional pequena, com 76 (setenta e seis) estudantes na educação infantil, 1.185 (um mil, cento e oitenta e cinco) estudantes no Ensino Fundamental e 199 (cento e noventa e nove) no ensino médio. Possui aproximadamente 06 docentes na educação infantil, 64 no ensino fundamental e 14 no ensino médio, distribuído em uma escola de educação infantil, cinco de ensino fundamental e uma de ensino médio.

No relatório do PAR do município não foram geradas ações e sub ações envolvendo a formação continuada de professores na área da educação especial.

Foi identificada a necessidade de se implantar o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação, com ações desencadeadas pela secretaria Municipal de Educação,

aliadas às dispostas no indicador 3, dimensão 4, relativa a Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos é que aparece a demanda por salas de recursos Multifuncionais, por meio do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, estando prevista uma para 2009, outra para 2010 e mais uma para 2011, totalizando no final do período três salas.

No referido documento, por sua vez não se evidenciou a existência de preocupação em formar profissionais para atuar nestes espaços. Os dados do censo escolar também não apresentam quantitativo de estudantes com deficiências nas escolas da cidade. Onde estão estas crianças? Matriculadas em instituições filantrópicas? É provável que sim.

No sítio da página da Prefeitura Municipal de Educação, também não há link que divulgue os cursos de formação continuada de professores da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da DPEE/SECADI/MEC.

No levantamento realizado nas planilhas dos Cursos ofertados pela referida rede, foi possível identificar que a presença de apenas 01 (um) professor inscrito no *Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado*, na modalidade de especialização *lato sensu*, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá durante o ano de 2010 e 2011. Não foi possível identificar se este pertence a rede estadual ou municipal, pois não se informou o Código do Inep da Escola.

Os dados evidenciam uma necessidade de se aproximar mais da cidade e conhecer a realidade educacional do público da educação especial daquele município contribuindo com a formação continuada do seu corpo docente, bem como, da população em foco. Não foi realizada entrevista com professores e gestores do PAR deste Município, devido a dificuldades da coordenação da pesquisa em obter sucesso diante de aproximadamente seis tentativas, via carta da pesquisadora, apresentando a pesquisa e solicitando disponibilização de profissional responsável pelo preenchimento do PAR, no período do estudo, para entrevista e levantamento de dados. As ligações telefônicas também não obtiveram resultados positivos. Neste caso, os dados aqui apresentados foram frutos de estudos documentais do relatório público do PAR, micro dados do Censo Escolar do Inep e página eletrônica do município disponível online.

D) MONTE ALEGRE DE MINAS GERAIS

Segundo dados coletados no sítio eletrônico do município, Monte Alegre de Minas Gerais teve início no século XIX, em 1820 possivelmente. Em 16 de setembro de 1870 foi elevado a município. Atualmente o município possui uma população total de 19.616 habitantes.

Em 2010 Monte Alegre de Minas, segundo dados do Inep/2013, possuía 1.714 (um mil, setecentos e quatorze) estudantes matriculados na Educação Básica, Em 2011 possuía 18.541 (dezoito mil, quinhentos e quarenta e um)⁹, em 2012, 1.783 (um mil, setecentos e oitenta e três) e em 2013, 3.469 (três mil, quatrocentos e sessenta e nove). Os dados evidenciam a ausência da rede estadual de educação na zona rural, sendo esta assumida pelo município. Ainda se percebe a presença de um número significativo de estudantes na Educação de Jovens

⁹ Os dados informados pelo município no censo escolar deste ano destoam muito dos informados nos anos anteriores e subsequentes. Chama atenção inclusive pela quantidade de estudantes matriculados na zona rural.

e Adultos, no entanto, apenas na zona urbana, o que deixa em aberto a situação deste público na zona rural.

Quanto a matrícula de estudantes público da educação especial, os micro dados do Inep demonstram que, em 2010, havia 33 (trinta e três) estudantes. Em 2011 se mantém o quantitativo de inscritos na educação infantil e ocorre um pequeno recuo nas matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental que cai para 17 (dezesete) estudantes em regime parcial, não mais havendo a matrícula do estudante em regime integral. Os números se mantém na segunda fase do ensino fundamental, havendo a redução de um estudante na zona rural. O registro da EJA também se mantém. Em 2012, se amplia a matrícula na educação infantil passando para 02 (duas) crianças na zona urbana. Verifica-se que permanece o recuo de matrículas na zona urbana que cai para 12 (doze) estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental. Na segunda fase do ensino fundamental se amplia para 03 (três) matrículas em regime parcial urbano, mantendo-se os demais números na zona rural e na EJA.

Os números preocupam ao se tomar o total de estudantes da rede pública no geral, considerando que não se percebe indicadores que demonstram que houve a troca de redes passando da municipal para estadual e vice versa. Em geral, não se verifica ampliação do quantitativo de matrículas na rede estadual, pelo contrário, se indica uma retração significativa no número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, passando-se de 58 (cinquenta e oito) matrículas em 2010, para 19 (dezenove) em 2011 e, 18 (dezoito) em 2012. Em síntese de 2010 a 2012 houve um recuo de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental em aproximadamente 31%. Nos anos finais do ensino fundamental, não se percebe grande incorporação dos estudantes dos anos iniciais, considerando que a ampliação de matrícula foi irrisória, sendo que em 2010 havia 05 (cinco) estudantes nas duas redes, em 2011 esse quantitativo se manteve, havendo ampliação em 2012 para 11 (onze) matrículas.

Os dados parecem sinalizar para um regresso para as instituições filantrópicas denominadas de Educação Especial, como a APAE e a rede Pestalozzi. No caso de Monte Alegre de Minas, para a APAE. Tal situação não seria resultante da falta de qualificação dos profissionais da rede pública para o processo de escolarização deste grupo de estudantes? Parece que não houve aproveitamento destes professores nos cursos da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores em Educação Especial. Acrescenta-se ainda que as condições de formação dos profissionais são precárias pois não há universidade que formam professor neste município, sendo estes formados em Uberlândia e/ou Ituiutaba.

Em 2013, do quantitativo de estudantes da educação infantil, não se contata estudantes público da educação especial, matriculados. A rede possuía 10 estudantes nos anos iniciais e 12 nos anos finais do Ensino fundamental; nenhum no ensino médio e 01 na Educação de Jovens e Adultos nos anos iniciais do ensino fundamental.

No PAR do Município de Monte Alegre de Minas Gerais, foi identificada a demanda por oferecimento de curso de formação continuada para os professores que atuam na Educação Infantil, cuja preocupação estava relacionada aos temas voltados para diversidade humana.

No eixo destinado à Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas, na descrição da

demanda, é colocado que menos de 10% dos professores da rede tem contato com formação para o trabalho com este grupo. Isto pode ser justificado pela pequena expressão de estudantes oriundos de comunidades quilombolas e/ou indígenas. Com relação ao público da educação especial, os alunos são atendidos pela APAE, com exceção daqueles que residem na zona rural. Tal fato reforça a ideia de que o Município está recuando na perspectiva de educação inclusiva.

No entanto, quem irá assumir esta formação será a própria secretaria municipal de educação. Prevê ainda a instalação de Implantação de salas de recursos multifuncionais, nas escolas da rede com matrículas de alunos público da educação especial, conforme Censo Escolar MEC/Inep 2013, por meio do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

No levantamento realizado nas planilhas dos Cursos ofertados pela referida rede, foi possível identificar a ausência dos professores nos cursos. No **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado**, 1ª edição, ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia em 2009/2010, foram matriculados 09 (nove) profissionais, sendo que os mesmos nunca acessaram a plataforma, por conseguinte, não houve aproveitamento algum. Não foi possível identificar se estes pertencem a rede estadual ou municipal, pois os mesmos não informaram o Código do Inep da Escola. Na segunda, terceira e quarta edições do curso não houve inscritos deste município.

Considerando os dados relacionados às matrículas, se percebe que este município precisa ser melhor assessorado no sentido de buscar apoio para formação dos seus profissionais para o trabalho com os estudantes público da educação especial que, precisam sair da APAE e se inserir na rede pública municipal de ensino e, lá, encontrar profissionais capacitados para recebê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou compreender as concepções de educação inclusiva e de educação especial presente nas políticas e práticas educacionais dos municípios *lócus* do estudo na região do Triângulo Mineiro, contidas nos projetos financiados por recursos financeiros decorrentes do PAR. Pretendeu-se ainda, entender a forma como as demandas por formação continuada de professores originárias do PAR, nestes municípios, foram atendidas pelos cursos da Rede de Formação de Professores em Educação Especial no período entre 2008 a 2013.

O desafio assumido com este estudo foi em parte conseguido, considerando que sua relevância se encontrava justamente no fato de procurar compreender os sentidos que a formação continuada de professores para a escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação relacionadas com as ações do PAR, nos municípios em estudo, tem assumido na atualidade, pois a análise dos documentos não possibilitou esta compreensão. Como, na análise documental, constatou-se tal impossibilidade, houve a tentativa de levantar esta compreensão nas entrevistas realizadas. Nestas percebe-se a presença da percepção de inclusão enquanto introdução dos estudantes público da educação especial na escola, uma perspectiva restrita do termo, que se trata do direito de todos à escolarização.

Nos documentos analisados, a preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação para o trabalho relacionado à escolarização do público da educação especial, aparece de forma incipiente nas demandas. O Município de Uberlândia e Ituiutaba destacam que possuem espaços formativos próprios para tais demandas. Logo, os cursos da rede nacional de formação docente são pouco considerados. O Município de Uberlândia registra o interesse nos cursos da Secadi/MEC de outras áreas. Foram identificados 481 inscritos nos cursos ofertados pela DPEE/SECADI/MEC de 2008 a 2013, destes 158 foram aprovados, um percentual de 33,6% de aprovação, índice muito baixo.

A evasão nos cursos de formação é uma realidade, mas não deixa de ser preocupante. A oferta dos cursos da Rede Nacional de Formação Continuada em Educação Especial, em muitos, casos é uma grande oportunidade para a formação dos docentes que atuam na escola, nos processos de escolarização que envolvem estudantes público da educação especial. Estes cursos têm como objetivo, inclusive, promover a formação dos profissionais que irão ocupar o espaço do Atendimento Educacional Especializados nas instituições, como forma de potencializar o uso das Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas pelo Programa Nacional de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, por meio do qual os Municípios lócus do estudo, solicitaram demandas no PAR do período investigado. Indianópolis solicitou no período 03 (três) salas de recursos multifuncionais; Ituiutaba 17 (dezesete) e Monte Alegre de Minas 02 (duas). Uberlândia não solicitou nenhuma.

Diante deste quadro se evidencia a necessária preparação dos profissionais da rede municipal de educação que atuam nos serviços da educação especial de participarem de cursos de formação continuada, considerando que a formação inicial oferecida pelos cursos de licenciatura da região não consegue responder, com a profundidade necessária, as questões relativas a temática. Soma-se a estes os demais profissionais da educação básica que atuam em classes comuns, que precisam participar efetivamente de espaços de formação continuada para melhorar suas condições de intervenção pedagógica assertiva com seus estudantes público da educação especial, conforme fica evidenciado no resultado das entrevistas realizadas com professores que atuam no AEE de uma escola pública da rede municipal de Uberlândia, nas quais 75% se dizem sem condições formativas necessárias e/ou adequadas para o trabalho com estes estudantes. Se este grupo que atua diretamente na área e possui formação específica no município, se coloca sem condições formativas adequadas para a realização do trabalho, quiçá os demais que ficam à mercê destas formações.

Destaca-se que os partidos políticos que governavam os municípios lócus do estudo durante o recorte temporal da pesquisa, foi assumida por prefeitos opositores do governo federal, o que acaba por não centrar suas preocupações em realizar parcerias e até ocupar os espaços ofertados pelo governo federa. Somado ao fato de o governo mineiro no período ser forte opositor do governo federal, também, dificultou a divulgação e fortalecimento das políticas desenvolvidas.

Segundo técnico responsável pelo preenchimento e acompanhamento do PAR na cidade de Ituiutaba, um dos complicadores para o melhor encaminhamento dos Projetos e Programas que compõem o PAR, foi o fato de que a instituição pública responsável pela formação dos profissionais e envolvidos no processo da região se localizar muito distante:

Montes Claros de Minas, a mais de 600 km de distância, impossibilitando a participação dos municípios das atividades de assessoria e formação organizadas.

Assim, diante do exposto, entende-se que a rede nacional de formação docente em educação especial, precisa conseguir divulgar os cursos que compõe o catálogo de oferta em detrimento das demandas apresentadas pelo PAR, ou então, não deve continuar insistindo na necessidade de formação dos docentes do país. As condições de escolarização da população não podem ficar à mercê de interesses políticos partidários, que organizam sua Comissão de Acompanhamento do PAR com grupos de apoio no poder, os quais, trabalham no sentido de fortalecimento de grupos, muitas vezes, não apresentando um diagnóstico do município coerente com a realidade. Os municípios resistem em apresentar suas fragilidades, pois isso pode representar complicações futuras.

A Rede de Formação Continuada de Professores em Educação Especial da SECADI tem assumido um papel insignificante na formação de professores dos quatro municípios da Região do Triângulo Mineiro investigados. Esta situação pode ser resultante das condições de trabalho dos docentes da região, pois a não conclusão dos cursos, precisa ser mapeada. O que leva um professor a procurar se inserir em um programa/projeto de formação continuada, se inscrever, responder positivamente, matriculando-se e em seguida, não acessar os cursos ou abandoná-los logo no início? Um indicativo para esta situação, no caso, da evasão, pode estar associado a crença pública de que a realização de cursos a distância é algo fácil, que estes não demandam tempo para o estudo, realização de atividades, etc. Soma-se a isto o fato de provocar o acréscimo em mais uma despesa para a família: aquisição de computador, antivírus, internet, etc.

Na realidade brasileira atual, as redes de ensino estão cada dia mais transferindo a responsabilidade da qualificação em exercício da profissão para os profissionais, considerando que cabe a estes fazer seu processo de formação em horário extra turno, nos finais de semana, sobrecarregando ainda mais este grupo de profissionais.

No caso dos Programas do Ministério da Educação, investir, na qualificação exige acompanhar e cobrar a contrapartida dos municípios e entes federados assumidos durante a assinatura do convênio. Aliás, os resultados positivos destes programas deveria ser de interesse comum, logo, resultado de uma articulação e produção de reflexões coletivas dos resultados e dificuldades vivenciadas pelas instituições públicas envolvidas no processo, no sentido de respaldar a tomada de decisões das mesmas para os anos seguintes.

Não foi possível no documento do PAR a identificação do conceito de inclusão, pois o documento é muito direcionado. Não se identificou nas respostas dos gestores entrevistados, conceito que extrapolasse o conceito de inclusão vinculado à inserção nos processos de escolarização do público da educação especial, conceito restrito do termo. A compreensão do termo de forma abrangente não apareceu nas respostas analisadas, considerando que a entrevista aconteceu apenas com os gestores dos municípios de Uberlândia e Ituiutaba.

Identificou-se um pequeno percentual das questões da educação inclusiva, mas precisamente do objeto deste estudo, nos documentos do PAR. Nos municípios do estudo não se evidenciou a existência de políticas ou ações, vinculadas ao PAR, desencadeadas para atender

ao movimento de estruturação, organização e desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado no tocante a formação docente.

Os estudos em seu conjunto demonstram que existe uma grande caminhada para se construir uma realidade de escolarização de estudantes público da educação especial, capaz de proporcionar condições reais para seu desenvolvimento educacional, pois os dados indicam que o PAR não tem contribuído com o diagnóstico da realidade da formação docente, bem como, com o fortalecimento da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, criada pela DPEE/SECADI.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica *Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. *Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/2011/01/03/analise-o-governolula-e-a-ascensao-de-classes-no-brasil.jhtm>. Acesso em 25/04/2011.

BRASIL. Lei No. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

BRASIL. *Lei No. 11.502, de 11 de julho de 2007*. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

BRASIL. *Lei No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 25/04/2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>. Acesso em 25/04/2011.

Recebido em 17/04/15

Aprovado em: 07/05/15

